

REFLEXÕES SOBRE A EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL NO SUS

Alinne Adley de Moraes Souza¹Ana Luiza Lopes Sanchez ¹Ana Paula Aparecida Silva ¹Beatriz de Oliveira Castelli¹Candice Caroline Silva Resende ¹José Humberto Rodrigues dos Anjos²

A integralidade à saúde, princípio pétreo do Sistema Único de Saúde – SUS, é um processo complexo para a população negra, haja vista que a iniquidade é fruto de um desenvolvimento histórico que possui vultos até a contemporaneidade; o chamado racismo estrutural. Desse modo, mesmo que tenham sido criadas políticas públicas para reverter tal cenário, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN - e os movimentos relacionados ao Conselho Nacional de Saúde, os quais agregam maior representatividade à essa população, a exclusão racial e as dificuldades de acesso à saúde ainda perduram, gerando, a necessidade de outros estudos e intervenções por parte do Estado/Nação. Este resumo objetivou analisar o racismo institucional no contexto da saúde pública, por meio de uma revisão de literatura. Para a análise, abordamos aspectos do racismo em relação à violação do Direito à saúde e da violência racial dirigida à população negra, tendo em vista que a PNSIPN foi implantada em 2006, optou-se por realizar uma busca em artigos científicos publicados entre 2007 a 2021. O estudo apontou que parte da sociedade médica submete os negros a tratamentos diferenciados, fator que foi comprovado pela Pesquisa Nacional de Saúde (2013), que apresentou um número de 15,5 milhões de pessoas relatando casos de discriminação no atendimento à saúde. Desse número, 11,9% eram negros e 11,4% pardos. Para a pesquisa, essa atitude pode ser justificada pela desqualificação profissional, e a escassez do tema na

¹ Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Minas. Contato: alinne_adley@academico.unifimes.edu.br

¹ Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Minas.

¹ Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Minas.

¹ Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Minas.

¹ Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Minas.

² Professor efetivo do Centro Universitário de Minas. Doutor em Educação. Contato: josehumberto@unifimes.edu.br

VI COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR
IV CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR E
III FEIRA DE EMPREENDEDORISMO DA UNIFIMES



2022

16 A 18 DE MAIO

formação de médicos no Brasil. No contexto atual, é possível encontrar profissionais que negligenciam explicações acerca dos cuidados necessários para os pacientes negros, sendo essa ação feita com o pretexto de que os negros não são capazes de compreender corretamente suas recomendações. Nesse sentido, houve reivindicações pelo Movimento Negro Unificado - MNU, que por meio da PNSIPN foram institucionalmente absorvidas através de ações iniciais, como a capacitação dos recursos humanos e a criação um mecanismo político para punição diante da recusa de atendimento na área da saúde. As diferenças de atendimento, por conta da interseccionalidade *raça* no sistema público de saúde brasileiro são evidentes e, analisado isso, faz-se necessário o uso e propagação da PNSIPN, ainda desconhecida por grande parte da população e dos profissionais de saúde, mesmo 15 anos de sua homologação.

Palavras-chave: Racismo, Saúde Pública, Equidade, PNSIPN.